

Estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas LGBTQ+ nas últimas décadas no Brasil

Thaís Milena Vale de Sousa¹
Frederico Alves Costa²

Resumo: O objetivo do artigo é discutir, por meio de uma revisão da literatura, estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas da população LGBTQ+ nas últimas décadas no Brasil. Tema relevante no cenário político brasileiro em razão da conquista de direitos LGBTQ+ no país, sobretudo, na primeira década do século XX, mas também do fortalecimento de ofensivas conservadoras antagônicas àqueles direitos, que têm construído práticas des-democratizantes. Realizamos um levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período entre 21 de abril e 31 de maio de 2023. Selecionamos 25 artigos e, por meio da leitura integral deles, organizamos a revisão da literatura em torno de dois subtemas: a) estratégias para a satisfação das demandas LGBTQ+; b) dificuldades para a satisfação de demandas LGBTQ+ e para a construção da luta política. As estratégias compreendidas a partir da literatura foram: relação do movimento LGBTQ+ com o Estado; inserção de pautas LGBTQ+ em partidos políticos; realização de Paradas LGBTQ+; construção de espaços de acolhimento; uso de redes sociais; e problematização de discursos essencialistas sobre gênero e sexualidade por meio de ações individuais e de coletivos estudantis. Em relação às dificuldades para a satisfação de demandas e para a construção da luta política observamos: a oposição de setores conservadores às demandas LGBTQ+; a violência sofrida por ativistas LGBTQ+; e tensões na articulação entre as diferentes identidades LGBTQ+. Concebemos que o debate construído neste texto contribui para o campo de estudos LGBTQ+ no país na medida em que: a) apresenta discussões que têm sido construídas na literatura sobre estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas LGBTQ+ e, assim, sobre possibilidades e desafios para a ampliação da democracia; b) propõe temáticas relevantes a serem aprofundadas em investigações futuras nesse campo de conhecimento.

Palavras-chave: Demandas LGBTQ+. Estratégias políticas. Democracia.

¹ Mestranda em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Bacharel em Psicologia e Formação de Psicóloga pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Alagoas (NPP-UFAL). E-mail: thaismilnavale@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0455950421332654>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1027-085X>.

² Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor no Instituto de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Coordenador do Núcleo de Psicologia Política da Universidade Federal de Alagoas (NPP-UFAL). Bolsista Produtividade em Pesquisa o CNPq. E-mail: frederico.costa@ip.ufal.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4598238107622933>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-8675>.

Nos últimos anos, tem ocorrido, no Brasil, ameaças constantes aos direitos LGBT+³ já adquiridos e dificuldades para a conquista de novos direitos e de políticas públicas específicas para esse grupo social (Prado; Maracci; Monteiro, 2021). Segundo Alves (2017), há no país uma forte oposição de grupos conservadores aos direitos dessa população, inclusive, no poder Legislativo, o que implica em obstáculos para a aprovação de leis que assegurem direitos LGBT+ no Brasil. Diante disso, um caminho que tem sido traçado para a conquista de demandas sociais dessa população é a atuação junto ao Poder Judiciário (Alves, 2017).

Para Pereira (2018), um dos principais enquadramentos utilizados por grupos opostos à política de defesa dos direitos LGBT+ é o de “defesa da família”. Uma das proposições desse enquadramento é de que a homossexualidade não seria um comportamento natural, correspondendo a uma doença passível de cura ou a uma possessão demoníaca. A homossexualidade seria uma ameaça aos valores cristãos e à “família tradicional” (formada por casais heterossexuais), vista como a unidade de sustentação moral da sociedade. Segundo o autor, o movimento cristão pró-vida e pró-família é um dos atores com forte atuação na oposição a demandas relacionadas aos direitos reprodutivos e sexuais, sendo a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) a face mais evidente dessa ampla rede no Poder Legislativo.

Nesse contexto de ameaças a direitos LGBT+, estão as cruzadas antigênero, que têm sido um componente inerente da dinâmica de des-democratização no Brasil (Faulhaber; Corrêa, 2022). Corrêa e Kalil (2020), remetendo-se à produção teórica de Wendy Brown, concebem a des-democratização como uma erosão gradual do tecido democrático da política, produzida não mais via a suspensão de procedimentos formais democráticos (como se observava antigamente com a emergência de ditaduras civis-militares), mas por meio da transformação da arquitetura institucional de regimes democráticos em simulacros (Corrêa; Kalil, 2020). Segundo as autoras, essa dinâmica

³ A sigla “LGBT” foi estabelecida no Brasil em 2008 na I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Partindo desse último consenso, optamos por utilizar neste artigo o termo “LGBT+” com a adição do símbolo “+” como uma forma de abranger a maior parte das siglas que têm sido utilizadas recentemente na literatura, como LGBTQIA+, LGBTTT, LGBTQIAP+, LGBTI, LGBTIA+, LGBTQIAPN+ etc.

tem sido permeada pelos embates em torno da chamada “ideologia de gênero”, termo que, de acordo com Junqueira (2018), se espalhou como um slogan, especialmente entre a primeira e a segunda décadas dos anos 2000, de modo a inflamar a esfera política de todos os continentes. Segundo o autor:

Os estudiosos sobre o tema são geralmente concordes em afirmar que “teoria/ideologia de gênero”, com suas flexões, é uma invenção católica cuja configuração e emergência se deram entre meados dos anos 1990 e início da década seguinte, ao longo de articulações que envolveram episcopados, o associacionismo pró-vida e pró-família, e organizações terapêuticas de reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família e com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé (Junqueira, 2018, p. 463).

O termo “ideologia de gênero” foi introduzido no Brasil a partir de 2007, por meio de instituições e atores católicos, e se manteve com baixa intensidade até 2013 (Faulhaber; Corrêa, 2022), quando essa agenda antigênero passou a contar com o apoio de diversas denominações religiosas, como as igrejas evangélicas neopentecostais.

Nesse cenário de disputas, especialmente desde 2019, as legislaturas federais, estaduais e municipais têm sido cenários de propostas regressivas no que se relaciona com as temáticas de gênero, sexualidade e direito ao aborto (Faulhaber; Corrêa, 2022).

Esse texto se insere nesse debate na medida em que objetiva discutir, por meio de uma revisão da literatura, estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas da população LGBT+ no Brasil. O artigo foi organizado da seguinte maneira: a) apresentamos a metodologia utilizada para a construção da revisão da literatura; b) discutimos a literatura selecionada em torno de dois subtemas, a saber, estratégias para a satisfação das demandas LGBT+; dificuldades para a satisfação de demandas LGBT+ e para a construção da luta política; c) ressaltamos, nas considerações finais, aspectos centrais abordados na literatura pesquisada e temáticas que precisam ser mais bem aprofundadas em pesquisas futuras.

Metodologia

Para a realização da revisão da literatura (Creswell, 2007), fizemos um levantamento bibliográfico por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O tema que orientou a construção do levantamento bibliográfico foi “Participação política e movimento social LGBT”, mas ao longo da seleção e discussão dos artigos observamos que o tema seria melhor delineado como “Estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas por direitos LGBT+ no Brasil”. O levantamento bibliográfico foi realizado no período entre 21 de abril e 31 de maio de 2023 por meio do cruzamento entre os seguintes descritores (utilizamos o operador booleano “e” para os cruzamento e no caso de termos compostos utilizamos aspas para que o sistema realizasse a busca considerando as palavras juntas): “Participação política” e LGBT, “Participação política” e “Movimento LGBT”, “Participação política” e “Ativismo LGBT”, “Participação política” e “Militância LGBT”, Ativismo e LGBT, Ativismo e “Movimento LGBT”, Ativismo e “Militância LGBT”, “Ativismo LGBT” e “Movimento social”, Militância e LGBT, Militância e “Movimento LGBT”, Militância e “Ativismo LGBT”, “Militância LGBT” e “Movimento social” e “Movimento social” e LGBT.

Foi utilizado o termo “LGBT” de forma a abranger a maior parte das siglas que têm sido utilizadas recentemente na literatura, como LGBTQIA+, LGBTTT, LGBTQIAP+, LGBTI, LGBTIA+ e etc. Em razão dessa decisão, é importante apontar que, apesar de não termos utilizado um recorte temporal no levantamento bibliográfico, o uso da sigla LGBT como descritor delimita um contexto específico da produção dos artigos, na medida em que a construção das siglas diz respeito a determinados contextos históricos. No caso da sigla LGBT, ela foi estabelecida no Brasil na I Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em 2008, momento em que se abandonou a sigla GLBT, substituindo a letra G pela letra L no início da sigla no intuito de ampliar a visibilidade das lésbicas.

Quanto aos termos “movimento social” e “movimento LGBT”, foram utilizados uma vez que buscávamos alcançar artigos referentes a atuação de movimentos sociais que

atuam em defesa de direitos LGBTQ+ e esses dois termos poderiam estar presentes na literatura. Os termos “participação política”, “ativismo” e “militância” foram utilizados a partir do entendimento de que possuem significados aproximados e todos estão articulados a discussões sobre estratégias e dificuldades para satisfazer as demandas por direitos LGBTQ+, nosso tema de pesquisa.

Os descritores foram pesquisados no Portal de Periódicos Capes na modalidade Busca Avançada, considerando o filtro “qualquer campo” referente ao local de presença deles nos artigos. Ocorreram duas exceções a essa regra geral em razão do número de artigos resultantes do cruzamento: a) o cruzamento Ativismo e LGBTQ resultou em mais de 50 artigos e menos de 100 artigos. Para esse caso, aplicamos o filtro “revisado por pares”, considerando 65 dos 87 artigos resultantes inicialmente; b) no único caso em que o cruzamento resultou em mais de 100 artigos (“Movimento social” e LGBTQ), alternou-se os campos “qualquer” e “título” entre os descritores, desconsiderando a busca inicial e utilizando o resultado decorrente destas duas novas buscas. Com relação ao cruzamento “Movimento social” (qualquer campo) e LGBTQ (título), apesar de termos obtido mais de 50 e menos de 100 artigos, optamos por não utilizar “revisado por pares” por ser um resultado em que já havíamos especificado a busca a partir do filtro “título. Os resultados do levantamento bibliográfico estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Descritores e quantidade de publicações

Descritores	Quantidade
“Participação política” (qualquer) + LGBT (qualquer)	06
“Participação política” (qualquer) + “Movimento LGBT” (qualquer)	02
“Participação política” (qualquer) + “Ativismo LGBT” (qualquer)	00
“Participação política” (qualquer) + “Militância LGBT” (qualquer)	00
“Movimento social” (qualquer) + LGBT (qualquer)	120
	“Movimento social” (título) + LGBT (qualquer): 07
	“Movimento social” (qualquer) + LGBT (título): 61
Ativismo (qualquer) + LGBT (qualquer)	87
	Após o filtro “revisado por pares: 65
Ativismo (qualquer) + “Movimento LGBT” (qualquer)	32
Ativismo (qualquer) + “Militância LGBT” (qualquer)	03
“Ativismo LGBT” (qualquer) + “Movimento social” (qualquer)	02
Militância (qualquer) + LGBT (qualquer)	29
Militância (qualquer) + “Movimento LGBT” (qualquer)	08
Militância (qualquer) + “Ativismo LGBT” (qualquer)	03
“Militância LGBT” (qualquer) + “Movimento social” (qualquer)	02

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os 220 artigos resultantes do levantamento bibliográfico foram organizados em uma planilha de Excel contendo a referência bibliográfica, o objetivo apresentado no resumo do artigo e o link de acesso. Para a seleção inicial dos artigos, fizemos a leitura dos títulos e resumos e aplicamos os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

- A. Critérios de inclusão: articulação do objetivo do artigo com a temática da pesquisa; publicações sobre o contexto brasileiro; publicações em português, inglês ou espanhol.
- B. Critérios de exclusão: o objetivo do artigo não se relaciona com a temática da pesquisa; publicação em formatos que não são artigos científicos (teses, livros, resenhas etc.); publicações repetidas; publicações em outros idiomas além dos estabelecidos nos critérios de inclusão.

Ao final dessa seleção, foram selecionados 40 artigos para serem lidos na íntegra. Após essa leitura, decidimos utilizar 25 artigos para a revisão da literatura em razão destes focalizarem mais especificamente o debate sobre as estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas por direitos LGBTQ+ construídas nos últimos anos no Brasil.

A leitura integral dos 25 artigos permitiu-nos categorizá-los em torno de dois subtemas relevantes para a compreensão das estratégias e dificuldades para a satisfação de demandas por direitos LGBTQ+ no Brasil: a) estratégias para a satisfação das demandas LGBTQ+; b) dificuldades para a satisfação de demandas e para a construção da luta política.

É importante destacar que, apesar das discussões de cada subtema serem apresentadas separadamente, entendemos que eles se encontram relacionados, uma vez que as estratégias para a satisfação de demandas são construídas no interior de um contexto histórico específico, marcado por oportunidades políticas, mas também por dificuldades relativas à conquista de direitos.

Também é importante explicitar que, apesar de na pesquisa adotarmos a sigla LGBTQ+, na discussão dos artigos optamos por utilizar as siglas usadas pelos/as autores/as por entender que não há homogeneidade no campo de estudos, estando a adoção de uma sigla ou outra relacionada ao contexto histórico de produção e/ou a posturas ideológicas dos autores/as no debate sobre elas.

Estratégias para a satisfação de demandas LGBT+

A literatura selecionada aborda diferentes estratégias que têm sido construídas no país para a satisfação de demandas LGBT+: a) relação do movimento LGBT+ com o Estado (Vergili; Brasil; Capella, 2015; Alves, 2017; Feitosa, 2019; Zanolli, 2019; Pereira, 2020a; Pereira, 2020b); b) inserção de pautas LGBT+ em partidos políticos (Pereira, 2022; Rodrigues; Pereira, 2022); c) realização de Paradas LGBT+ (Moreira; Maia, 2017; Gomes; Zenaide, 2019; Souza; Feliciano 2019; Rovai, 2019; Barp *et al.*, 2022); d) construção de espaços de acolhimento para pessoas LGBT (Souza, 2023; Santos, 2020; Carvalho, 2011); e) uso de redes sociais (Carvalho, 2018); e f) problematização de discursos essencialistas sobre gênero e sexualidade por meio de ações individuais e de coletivos estudantis (Amaral, 2014; Mesquita *et al.*, 2018).

No que diz respeito à interação entre o movimento LGBT+ e o Estado, Alves (2017) destaca que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao Governo Federal em 2003 estabeleceu uma mudança nesta relação. Segundo o autor, nos anos 2003 e 2010, no primeiro e segundo governos Lula, ocorreu uma ampliação da participação social na construção das políticas públicas, acarretando uma aproximação entre o Estado e a sociedade civil. O autor aponta a necessidade de problematizar até que ponto essa aproximação, em especial do movimento social LGBT, significaria avanços efetivos para essa população. Ele sugere uma perda de autonomia do movimento, ressaltando alguns problemas referentes aos espaços de participação da sociedade civil como: a fragmentação institucional do arranjo participativo, o modo de escolha dos representantes da sociedade civil e as limitações referentes à implementação das decisões construídas nesses espaços.

Alves (2017) aponta que o arranjo institucional construído pelo governo Lula para a articulação com a sociedade civil foi caracterizado por uma gestão que colocou sob o encargo da Secretaria Geral a responsabilidade pela articulação com a sociedade civil; e sob o âmbito da Casa Civil a responsabilidade pela integração das ações governamentais. Nessa medida, estas duas ações ficavam separadas, de modo que a implementação de decisões da sociedade civil era prejudicada, pois ficava sob a responsabilidade de uma

instância diferente daquela que geria a participação social, o que ocasionou em uma fragmentação institucional do arranjo participativo e possibilitou ao governo ter mais controle sobre a participação da sociedade civil e isolar certos conflitos.

Com relação à representação da sociedade civil nos espaços de participação social, o autor destaca a carência de mecanismos de controle pelos representados com relação aos representantes e adiciona que o papel decisivo do governo na escolha dos/as representantes no caso dos conselhos de políticas públicas reforçava esse problema. Mesmo quando ocorria eleição para a escolha desses/as representantes, isso não significava necessariamente uma maior autonomia na participação da sociedade civil, tendo em vista que não havia garantia de participação de todos/as os/as representados/as no processo de escolha, tendo em vista que somente potenciais representantes, sob determinados requisitos, podiam votar, o que levava ao problema da legitimidade dos/as representantes junto aos representados. Ainda, era o governo que tinha papel decisivo na definição de quem podia exercer esse lugar de representante, e não a sociedade civil, na medida em que era o governo que reconhecia uma organização como legítima vocalizadora dos interesses da população a compor os conselhos. Para o autor, isso diz respeito à autonomia dos movimentos, na medida em que era o governo que possuía um papel decisivo nessa escolha.

No que diz respeito à implementação das decisões construídas nos espaços de participação, segundo Alves (2017), as conferências e os conselhos de políticas públicas não possuíam poder de decisão efetivo, seja por não terem orçamento próprio ou por serem espaços apenas consultivos e não deliberativos. Dessa forma, o reconhecimento institucional das demandas da sociedade civil nas instâncias participativas, como do movimento LGBT, não necessariamente significava avanços na construção e implementação de políticas públicas (Alves, 2017).

Feitosa (2019) problematiza outra faceta relativa à relação entre o movimento LGBT+ e o Estado, o borramento da fronteira entre estes atores por meio da inserção de militantes nas instâncias institucionais. O autor questiona: a) até que ponto os militantes no Estado são militantes? Qual o limite que define que alguém é ativista ou gestor?; b) quando a militância questiona e critica os serviços ofertados ou a ausência deles, em que

medida ela estaria criticando a atuação do seu companheiro de ativismo que está na gestão pública?

Em uma perspectiva semelhante, Vergili, Brasil e Capella (2015) argumentam que a institucionalização das políticas LGBTTs podem ser compreendidas como um avanço para garantir a continuidade de ações e direitos conquistados. Entretanto, as relações entre atores governamentais e os movimentos sociais na gestão dessas políticas “podem confundir as atribuições e os papéis dos atores envolvidos no processo. Como resultado desse modelo de atuação conjunta, nota-se a possibilidade de enfraquecimento e desestabilização da luta dos movimentos” (Vergili; Brasil; Capella, 2015, p. 583).

Ainda com relação ao borramento das fronteiras entre Estado e movimento social, Zanolli (2019) destaca que vários ativistas ligados a movimentos sociais assumiram cargos no aparato federal durante os dois primeiros governos Lula, o que implicou em uma transformação das agências governamentais em espaços de militância. As pessoas que ocupam posições estatais e buscam, por meio desses cargos, satisfazer as reivindicações dos movimentos sociais são nomeados pelo autor como ativistas institucionais. O autor parte de uma definição de ativismo institucional abrangente, englobando, inclusive, pessoas que não apresentavam uma ligação prévia com movimentos sociais, mas no exercício de suas funções passam a atuar como ativistas, reivindicando a implementação de demandas dos movimentos sociais.

Apesar da presença dessas considerações referentes à relação entre movimentos sociais e Estado, que nos levam a problematizar as potencialidades dela para a satisfação de demandas dos movimentos sociais, Pereira (2020a) destaca que há também na literatura científica uma perspectiva que compreende que essa interação, em certas circunstâncias, pode contribuir para a construção de políticas públicas. Corroborando com essa perspectiva, Pereira (2020b) apresenta o ativismo institucional como uma forma de ativismo silencioso que, por meio, por exemplo, da articulação de frentes parlamentares nas instituições legislativas pode protagonizar disputas em torno da aprovação de legislações que favoreçam a conquista de direitos para LGBT+. Essa atuação pode ser observada, por exemplo, no caso estudado por Pereira (2020b) do confronto entre ativistas

progressistas do movimento LGBT e ativistas conservadores do movimento cristão familista no Congresso Nacional, entre 2003 e 2014.

Uma segunda estratégia para a satisfação de demandas LGBT+ observada na literatura é a inserção de demandas LGBT+ em partidos políticos. A literatura investigada aborda essa estratégia em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT). Pereira (2022) propõe deslocar os pressupostos analíticos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado para o debate em torno dos movimentos sociais e partidos políticos e debruça-se sobre essa relação especificamente com o PT. Segundo o autor, o movimento LGBT+ ocupou posição periférica na formação do PT e, desde a sua constituição, o partido estabeleceu uma relação de aproximações tensas com o movimento. Por um lado, o movimento questionava a participação partidária, pois via com preocupação a possibilidade de cooptação nessa relação; por outro lado, as temáticas de gênero e sexualidade ainda eram controversas dentro do partido.

De acordo com Pereira (2022) foram lançadas candidaturas LGBT+ pelo PT nas eleições de 1982 e 1986 e, a partir desse período, ativistas LGBT+ buscaram influenciar as plataformas eleitorais e os planos de governos de candidatos pelo PT. Ao longo dos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), ativistas LGBT+ puderam influenciar políticas públicas, como por exemplo a elaboração do Brasil Sem Homofobia e da I Conferência sobre esse tema. Entretanto, a interação entre eles e o PT foi marcada por fragilidades e recuos. Sobre isso, Pereira (2022) destaca que:

em especial a partir de 2010, as eleições presidenciais se tornaram um ponto de tensão entre o movimento e o partido. Nas eleições de 2010, por exemplo, a campanha de Dilma Rousseff reagiu a declarações de setores conservadores da Igreja católica e de seu rival José Serra (PSDB) publicando documentos nos quais a candidata se comprometia a não alterar a legislação sobre o tema do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo (p. 480).

Rodrigues e Pereira (2022), ao também analisarem a inserção de demandas LGBT+ no PT, destacam que estas foram incluídas de maneira periférica nos planos de governo apresentados nas campanhas presidenciais do partido. Além disso, apontam que

enquanto o plano da campanha presidencial do PT de 1994 continha uma série de propostas para o combate à discriminação por orientação sexual, essas não estavam mais presentes no plano da campanha de 1998.

Rodrigues e Pereira (2022) descrevem que, desde a década de 1990, foram realizadas contínuas aproximações institucionais entre os movimentos negro e LGBTQ+ e o Estado. Com a chegada de Lula (PT) à Presidência da República, em 2003, ocorreu uma ampliação dessa relação, contribuindo para a formulação de ações governamentais voltadas para a promoção da igualdade racial e de direitos LGBTQ+. Contudo, essas aproximações surtiram efeitos distintos para cada movimento social, sendo mais desfavoráveis para as demandas LGBTQ+. O que pode ser explicado, segundo os autores, por dois fatores: 1) o movimento negro promoveu uma inserção mais forte na estrutura partidária do PT, “ocupando posições mais centrais para travar disputas no interior da legenda, em defesa de suas demandas” (p. 636), enquanto a inserção do movimento LGBTQ+ no PT ocorreu de forma mais periférica; 2) maior oposição legislativa às demandas do movimento LGBTQ+ que às demandas do movimento negro ao longo das administrações petistas, especialmente a partir de 2011 no governo da presidenta Dilma (Rodrigues; Pereira, 2022).

A construção das Paradas LGBTQ+ é uma terceira estratégia presente na literatura orientada para a satisfação de demandas do movimento LGBTQ+. Gomes e Zenaide (2019), Rovai (2019) e Barp *et al.* (2022) entendem que as paradas LGBTQ+ são atos políticos consolidados, promovendo a visibilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e a ocupação do espaço público para a aparição e reivindicação de direitos.

Moreira e Maia (2017), Gomes e Zenaide (2019) e Barp *et al.* (2022) destacam o tom carnavalesco das Paradas LGBTQ+ brasileiras e compreendem-no como um formato encontrado pela militância para fazer reivindicações políticas, o que Moreira e Maia (2017) nomeiam por “ativismo”.

Outro conceito adotado por Moreira e Maia (2017) é o de “estratégias espaciais”, remetendo-se à ocupação pelas Paradas de avenidas movimentadas das cidades como uma estratégia de visibilidade da comunidade LGBTQ+.

Moreira e Maia (2017) e Souza e Feliciano (2019) apontam que há uma heterogeneidade de comportamentos das pessoas nas Paradas, mas que a discriminação e a intolerância a todas elas as unem coletivamente na reivindicação por direitos LGBT. De acordo com Souza e Feliciano (2019) trata-se, nesse sentido, de uma importante ação socioespacial.

Essa construção coletiva, contudo, não significa a ausência de contradições. De acordo com Moreira e Maia (2017), se, por um lado, o objetivo das Paradas é lutar pelo fim do preconceito, pela exaltação da diversidade e contra a LGBTfobia, por outro lado há também reprodução de preconceito entre grupos que as compõem:

os grupos dos gays e das travestis, em alguns casos – é importante frisar – não se “misturam”, ou mesmo grupos de lésbicas que não possuem afinidades e reafirmam estigmas. Há também casos em que homossexuais mais jovens relatam certo preconceito sobre os mais velhos, ou “ másculos ” contra os mais “afeminados”. Alguns comentários preconceituosos, jocosos ou sarcásticos (inclusive lesbofóbicos, transfóbicos e gerontofóbicos) desferidos pelos próprios gays, travestis e lésbicas contra outrem podem gerar conflitos e discussões que servem para desagregar a aglomeração (Moreira; Maia, 2017, p. 272).

Outras três estratégias para a satisfação de demandas LGBT+ foram observadas na literatura. Uma delas diz respeito à construção de espaços de acolhimento para pessoas LGBT. Segundo Souza (2023), a partir de uma pesquisa realizada com travestis e transexuais, os espaços de militância ao funcionarem como espaço de acolhimento contribui para a construção de laços de amizade e companheirismo, e, assim, para o sentimento de pertença ao grupo. O que auxilia no processo de conscientização das pessoas acolhidas sobre a importância da luta coletiva pela garantia de direitos.

De acordo com Santos (2020), no início da construção do movimento LGBT+ os espaços de sociabilidade foram importantes para a formação de redes de cuidado e no enfrentamento ao HIV-Aids. Nesse sentido, o autor aponta que as práticas cotidianas, os encontros em bares e boates e as redes de afeto e amizade também podem se configurar como formas de resistência à violência contra LGBT+.

Nessa mesma perspectiva, Carvalho (2011) traz o conceito de “comunitarismo”, referindo-se ao momento de reuniões nas quais as pessoas trans entrevistadas por ele relatam experiências pessoais de discriminação, violência e superação das adversidades. O autor argumenta a importância desses espaços de compartilhamento de experiências para o reconhecimento de que essas vivências são comuns a outras pessoas trans e travestis, constituindo um sentimento de não estar sozinha.

O uso das redes sociais foi indicado por um dos artigos selecionados para a revisão da literatura como uma estratégia para a satisfação de demandas LGBTQ+. Carvalho (2018) compreende essas redes como uma forma de democratização da participação política. O autor tece esse argumento a partir da análise da estratégia da campanha on-line realizada por ativistas trans para a alteração do tema da 18ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo. Segundo ele, rua e redes digitais têm uma estreita relação, sendo crítico a delimitar uma ou outra como palco privilegiado para a ação política.

A última estratégia para a satisfação de demandas LGBTQ+ indicada pela literatura se refere à problematização de discursos essencialistas sobre gênero e sexualidade por meio de ações individuais e de coletivos estudantis. Na pesquisa realizada por Mesquita *et al.* (2018), jovens LGBTQ+ apontaram que o movimento de desconstrução ocorre não apenas nos meios convencionais da política, mas também por meio da atuação individual crítica e questionadora, que debate e contesta no espaço público discursos naturalizados e essencialistas sobre sexualidade e gênero.

Uma forma de atuação individual apontada é o uso do corpo para desestabilizar discursos essencialistas e binários de gênero, sendo trazida a ideia do corpo como político, de modo a produzir estranhamento nas pessoas, questionando atributos pré-estabelecidas de gênero e sexualidade (Mesquita *et al.*, 2018).

Os autores consideram que os coletivos feministas e de diversidade sexual organizados nas universidades abarcam várias lutas do cotidiano de estudantes, muitas vezes colocadas em segundo plano pelos movimentos estudantis. Eles identificaram que há uma participação visível de estudantes, mesmo que dispersa, em debates acadêmicos e em mobilizações dos movimentos feministas e LGBTQ+ (Mesquita *et al.*, 2018).

Mesquita *et al.* (2018) discutem que os jovens participantes da pesquisa fazem uma forte crítica aos movimentos sociais que, segundo eles, foram capturados por uma política pragmática e nada emancipadora. Amaral (2014) também aponta que os jovens militantes apresentam uma resistência a uma atuação política institucionalizada e destaca a atuação política dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual como uma das novas formas de militância.

Dificuldades para a satisfação de demandas e para a construção da luta política

No tópico anterior já foi possível pontuar algumas dificuldades para a satisfação de demandas LGBT+ e para a construção da luta política como aqueles relativos à aproximação entre movimentos sociais e Estado e com partidos políticos ou a marginalização de demandas LGBT+ nos movimentos estudantis. Nesse momento buscamos enfocar: a) a oposição de setores conservadores (Trevisan, 2015; Alves, 2017; Sierra, 2019; Pereira, 2022); b) a violência sofrida por ativistas (Oliveira; Pontes, 2021); e c) a existência de tensões na articulação entre as diferentes identidades LGBT+ (Aguião, 2015; Medrado; Carneiro, 2017; Alves, 2017; Carvalho, 2018; Sierra, 2019; Gomes; Zenaide, 2019; Lima, 2021).

Em relação à oposição de grupos conservadores às demandas LGBT+ no Brasil, como discutimos na Introdução, trata-se de um fenômeno que se encontra articulado a uma cruzada antigênero transnacional que tem sido construída desde meados dos anos 1990 e início da década seguinte, conforme apontado por Junqueira (2018).

De acordo com Trevisan (2015), em 1988, o movimento LGBT demandou que os parlamentares constituintes incluíssem a orientação sexual na proteção contra discriminação na Constituição de 1988. Entretanto, essa reivindicação foi rejeitada em razão da oposição de parlamentares que se opunham aos direitos das minorias sexuais.

A autora destaca que o confronto entre lideranças pentecostais e o movimento LGBT ganhou notoriedade na campanha presidencial de 2010 e no pleito de 2014. Nesse

período, o confronto ocorreu tão visivelmente que a tentativa dos candidatos em acomodar os dois lados tornou-se uma tarefa problemática.

Em relação à campanha presidencial de 2010, como apresentado anteriormente na discussão sobre a inserção de pautas LGBT+ em partidos políticos, Trevisan (2015) e Pereira (2022) abordam que Dilma Rousseff comprometeu-se publicamente a não avançar nas conquistas dos direitos reivindicados por grupos feministas e LGBT para manter o apoio de diversas lideranças religiosas e políticas. Em documento intitulado “Mensagem de Dilma”, a então presidenta afirma que o Projeto de Lei Complementar 122, referente à criminalização da discriminação contra idosos, deficientes e homossexuais, “será sancionado [...] nos artigos que não violem a liberdade de crença, culto e expressão e demais garantias constitucionais individuais existentes no Brasil”.⁴

No que diz respeito à campanha presidencial de 2014, Trevisan (2015), exemplifica o confronto entre demandas de lideranças pentecostais e demandas do movimento LGBT por meio da alteração do programa da candidata Marina Silva (PSB):

Em determinado momento da campanha eleitoral presidencial de 2014, Marina Silva lançou seu programa de governo, o qual trouxe diversas proposições alinhadas com as reivindicações do movimento LGBT, entre as quais o casamento civil homoafetivo e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. Imediatamente, Silas Malafaia, uma importante liderança pentecostal brasileira, reagiu e exigiu a alteração do programa através de sua conta pessoal na rede social Twitter. No dia seguinte, a coordenação de campanha de Marina retificou o programa, alegando erro na divulgação. Independentemente da motivação que levou a candidata a realizar a alteração programática, o caso foi emblemático para demonstrar o embate político entre lideranças pentecostais e aquelas em defesa dos direitos LGBT no cenário político brasileiro [...] (Trevisan, 2015, p. 305).

No âmbito legislativo, destaca-se a organização de grupos e bancadas conservadoras, as quais barram a discussão e o avanço de projetos de lei em defesa dos

⁴ A mensagem pode ser lida na íntegra em: <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/dilma-divulga-carta-para-por-um-fim-definitivo-campanha-de-calunias.html>. Acesso em: 28 set. 2025.

direitos LGBTQ+, impedindo a consolidação de direitos e de políticas públicas para esse grupo (Alves, 2017). O reconhecimento da união civil de casais do mesmo sexo, em 2011, e do casamento homoafetivo, em 2013, por exemplo, só foram possíveis por meio do Poder Judiciário. Alves (2017) destaca o problema da ausência de um arcabouço jurídico que permita a concretização de políticas delineadas em planos e programas que visem promover direitos LGBTQ+, como o Programa Brasil Sem Homofobia (2004) e o Plano de Nacional LGBTQ+ (2009).

Além dessas dificuldades para a ampliação de direitos LGBTQ+ em razão da oposição de grupos conservadores, uma dificuldade para a construção da luta política abordada na literatura se refere à violência sofrida por ativistas de direitos humanos, mais especificamente de direitos LGBTQ+. De acordo com Oliveira e Pontes (2021), defensores de direitos humanos sofrem ameaças sistemáticas em relação aos seus próprios direitos, em especial os ativistas LGBTQ+. Dessa forma, as pessoas LGBTQ+ que atuam nessa temática se encontram suscetíveis a serem violentadas tanto pelo fato de serem LGBTQ+, quanto por serem defensores de direitos humanos.

Os autores discorrem sobre a existência de três níveis de impacto causados por essas violências: impactos causados em nível social (mudanças no estilo de vida frente às ameaças e violências sofridas); impactos causados em nível interpessoal (mudanças nas relações com familiares e colegas de trabalho, em razão das ameaças e das violências sofridas); e impactos causados em nível intraindividual (mudanças de humor, problemas com autoestima e prejuízos na saúde mental em geral).

Esses impactos denotam o caráter complexo e multidimensional da violência e contribuem para a diminuição do engajamento das pessoas na luta política (Oliveira; Pontes, 2021). O uso da estratégia da violência por grupos conservadores, portanto, tem repercussão na participação social e na pluralidade de formas de vida na esfera pública, contribuindo para o processo de desdemocratização.

Outra dificuldade para a construção da luta política diz respeito a tensões na articulação entre diferentes identidades sexuais e de gênero, tendo em vista que a sigla LGBTQ+ reúne sujeitos múltiplos, com variadas demandas e ideologias. Aguião (2016) discute as disputas por representação na composição de delegação durante conferências

LGBT e questiona que sujeitos estariam aptos para representar o quê e qual representação teria mais legitimidade dentro das identidades que compõem a sigla LGBT. Para ela, o jogo político se faz a partir da produção de diferenciações e seleção de “quais são os mais e os menos inseridos, quais incorporam melhor as marcas consideradas legítimas, tanto quanto quais são os que melhor as articulam retoricamente ou expressam as conexões e alianças tidas como mais rentáveis para a disputa” (p. 287).

A autora aborda ainda a intersecção de marcadores sociais que operam de maneira relacional na constituição do campo dos direitos LGBT. Segundo Aguião (2016), “especificidades” de raça, gênero e classe social, apesar de surgirem com uma eficácia bastante produtiva e mobilizadora com relação à enunciação e atração de solidariedades dentro desse campo de disputas nas conferências, podem transmutar-se em categorias apenas descritivas de aplicação das políticas. A autora argumenta que sustentar o processo de reconhecimento de sujeitos LGBT como sujeitos de direitos pelo Estado requer manter o equilíbrio das tensões internas que ocorrem nas relações entre as múltiplas categorias identitárias desse grupo social, bem como as suas contradições e instabilidades internas.

Alves (2017), ao tratar da política de participação (entendida como a institucionalização dos mecanismos de participação da sociedade civil nas políticas públicas) implementada em 2003 pelo governo Lula, aponta que a mobilização de identidades fixas definidas previamente pelo governo no âmbito das Conferências e Conselhos denotam uma fragmentação das identidades, que se posicionam em uma lógica de competição entre os segmentos identitários. O autor explicita ocorrer situações de atrito entre mulheres lésbicas negras e jovens gays estudantes e destes com travestis e transexuais. Para ele, esse fator dificulta a articulação e elaboração de pautas conjuntas.

Sierra (2019) também aborda a questão da diversidade das identidades que compõem a população LGBT e descreve que, a partir dos anos 2000, o movimento homossexual brasileiro se desdobra em diferentes grupos identitários (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) com foco nas demandas específicas de cada um desses subgrupos. Esse foco contribuiu para uma radicalização das políticas identitárias sexuais e de gênero no Brasil, com a criação de diversos grupos sociais que representavam, cada um deles, uma determinada identidade da população anteriormente chamada de

homossexual. Posteriormente, esses grupos sociais específicos passaram a ser representados por uma única sigla: GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e, em seguida, LGBT, aglutinando diferentes grupos identitários.

Medrado e Carneiro (2017) analisaram os usos e efeitos das identidades sexuais no contexto do Fórum de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais de Pernambuco e identificaram que a construção das identidades sexuais nesse Fórum remetia ora para a segmentação, ora para a coalizão desses sujeitos políticos, de tal modo que sugere que tais categorias se sustentam no esforço repetitivo de tentar dar-lhes alguma forma. Assim, é a própria regulação que produz a categoria que vem a regular.

Os autores argumentam que as categorias identitárias têm se mostrado úteis, mas há um desafio para o uso que fazemos delas. Indicam ainda que categorizar o que é ou não uma pessoa LGBT, ao mesmo tempo que proporciona visibilidade a alguns modos de ser, inviabiliza outros. Medrado e Carneiro (2017) abordam também a existência de tensões internas ao Fórum, como: a predominância de homens (o que o faz parecer se aproximar muito mais de um movimento gay); a discussão entre as aproximações e distanciamentos entre as identidades travestis (vistas de modo pejorativo) e transexuais; e a discordância entre os membros acerca de quais ações devem ser executadas.

Essas tensões internas também são debatidas por Gomes e Zenaide (2019), ao abordar a história do movimento LGBT na Paraíba. Apontam que após a formação, por gays, lésbicas e algumas travestis, do Movimento Espírito Lilás (MEL), ocorreram tensões referentes à ênfase dada pelo MEL às demandas dos homens gays. O resultado foi a criação de entidades focadas em travestis, lésbicas e mulheres bissexuais em prol de suas demandas específicas.

Situação semelhante à relatada por Lima (2021). Segundo a autora, a criação da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (Assotram) foi uma forma de preencher uma lacuna de representação das pessoas trans no movimento LGBT e nas políticas públicas municipais e estaduais. As fundadoras da Assotram compreendiam que o movimento LGBT da época focalizava os homossexuais e dava pouca visibilidade para as pessoas trans.

Tensões internas ao movimento LGBTQ+ também existem na organização das Paradas LGBTQ+, como apontamos no tópico anterior. Como aponta Carvalho (2018), o tema da 18ª Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo inicialmente era: “País vencedor é país sem homofobia: Chega de mortes! Criminalização já”. Na ocasião, pessoas trans e travestis entenderam que foram invisibilizadas com o uso do termo “homofobia”, o que resultou na criação de uma petição reivindicando a mudança do tema da parada para: “Eu respeito travestis e transexuais e quero a aprovação do Projeto de Lei João Nery!”. Após o entrave, chegou-se a um consenso e o tema mudou para: “País vencedor é país sem HomoLesboTransfobia: Chega de Mortes! Criminalização Já! Pela aprovação da Lei de Identidade de Gênero!”.

Considerações finais

A literatura selecionada para a discussão permite-nos uma compreensão abrangente das estratégias e das dificuldades na construção da luta em prol de direitos LGBTQ+ no Brasil.

Com relação ao eixo das estratégias para a satisfação de demandas por direitos LGBTQ+, no que se refere à relação do movimento LGBTQ+ com o Estado, a literatura aponta para uma perda de autonomia do movimento LGBTQ+ e para um borramento da fronteira entre Estado e movimento social por meio da inserção de militantes nas instâncias institucionais através do que se denominou de ativismo institucional. Por outro lado, indica-se que essa inserção pode contribuir para a construção de políticas públicas.

Com relação à inserção de pautas LGBTQ+ em partidos políticos, o único partido discutido foi o PT, o qual estabeleceu uma relação de aproximações tensas com o movimento. Entendemos que a restrição do debate ao PT, por um lado, indica a importância histórica desse partido em relação às articulações com movimentos sociais construídos por populações subalternizadas no país. Por outro lado, evidencia que conflitos relativos às demandas LGBTQ+ não estão localizados apenas em setores políticos nomeados à direita, mas também naqueles concebidos como à esquerda.

Outra estratégia apontada foi a realização de Paradas LGBTQ+, a qual se apresenta como um ato político consolidado que promove visibilidade dessa população marginalizada. Com relação à estratégia de construção de espaços de acolhimento para pessoas LGBTQ+, esta promove um sentimento de pertença e favorece a criação de redes de cuidado para esse grupo social. Críticas à atuação de movimentos sociais, sobretudo, focalizadas na esfera institucional, apareceram na literatura por meio de pesquisas que apontam para outros modos de construção política por parte de jovens LGBTQ+ e por coletivos feministas e de diversidade sexual organizados nas universidades. Por fim, o uso de redes sociais como uma estratégia para satisfação de demandas LGBTQ+ foi apontado como uma forma de democratização da participação política.

Com relação ao eixo das dificuldades para a satisfação de demandas e para a construção da luta política, no que se refere à oposição de setores conservadores, destaca-se que este é um fenômeno que se encontra articulado a uma cruzada antigênero de caráter transnacional que se verifica no âmbito do poder legislativo através da organização de grupos e bancadas conservadores que barram o avanço de projetos de lei em defesa dos direitos LGBTQ+. Outra dificuldade para a construção da luta política indicada pela literatura é a violência sofrida por ativistas, de modo que as pessoas LGBTQ+ que atuam em prol dessa temática se encontram suscetíveis a serem violentadas pelo fato de serem LGBTQ+ e serem defensores de direitos humanos. Assim, a violência praticada por grupos conservadores repercute na participação social e contribui para o processo de desdemocratização. Por fim, a existência de tensões na articulação entre as diferentes identidades LGBTQ+ aponta que a sigla LGBTQ+ reúne sujeitos múltiplos, com variadas demandas e ideologias, por vezes havendo disputas entre as diferentes identidades. O que, por um lado, permite visibilizar e demarcar condições específicas e plurais de subordinação. E, por outro lado, explicita dificuldades para a elaboração de pautas conjuntas que contribuem para um privilégio das diferenças em detrimento da equivalência entre as demandas específicas.

Algumas dessas discussões foram abordadas apenas em um artigo selecionado: uso de redes sociais (Carvalho, 2018) e a violência sofrida por ativistas (Oliveira; Pontes, 2021). O que pode decorrer de uma limitação do levantamento bibliográfico em relação

aos descritores utilizados, mas também pode indicar a necessidade do desenvolvimento de pesquisas sobre essas temáticas.

Consideramos que algumas outras temáticas são relevantes de serem aprofundadas em novas pesquisas:

- a) as estratégias para a satisfação de demandas LGBTQ+ no âmbito do Poder Legislativo, tanto a nível federal como estadual e municipal, visto que a conquista de demandas LGBTQ+ têm ocorrido majoritariamente via Poderes Judiciário e Executivo;
- b) a articulação de ativistas LGBTQ+ com grupos conservadores, tendo em vista que não necessariamente a atuação de ativistas LGBTQ+ ocorrem no campo progressista e os artigos selecionados para a revisão da literatura não abordam essa discussão;
- c) a relação do movimento LGBTQ+ com partidos políticos diversos, na medida em que a literatura selecionada restringe esse debate à articulação com o PT. Entendemos que dicotomias como esquerda x direita, progressistas x conservadores não são suficientes para compreendermos a complexidade do debate sobre as relações de gênero e sexualidade no contemporâneo, sendo importante entendermos como as demandas LGBTQ+ têm sido articuladas a partidos de diferentes ideologias políticas;
- d) o uso das redes sociais como meio de articulação de estratégias e mobilização política por movimentos sociais e ativistas LGBTQ+. Cada vez mais observamos o papel das redes sociais nas configurações políticas, acarretando, inclusive, em discussões sobre a regulamentação dessas redes;
- e) a violência contra os defensores dos direitos LGBTQ+, a qual foi abordada em apenas um artigo da revisão da literatura. Melhor investigarmos esses processos de violência é fundamental, uma vez que ele repercute subjetivamente em diferentes âmbitos da vida da pessoa violentada, tendo implicações também no engajamento e na mobilização em prol da luta por aqueles direitos;

- f) o embate com os grupos opositores que impedem a consolidação de direitos e de políticas públicas para LGBTQ+, tendo em vista o acirramento desta disputa nos últimos anos;
- g) a articulação entre demandas de diferentes identidades sexuais e de gênero dissidentes da cisheteronormatividade e a não representação de determinadas demandas em grupos LGBTQ+. Discussão que se remete à tensão entre equivalência e diferença na construção da luta política. Concebemos essa discussão como central à compreensão da dinâmica política na medida em que defendemos a radicalização da democracia orientada pela defesa da igualdade e, ao mesmo tempo, da pluralidade (Mouffe, 2015), não se tratando a política democrática da busca por consensos e sim do confronto entre projetos hegemônicos que articulam distintamente demandas sociais diversas.

Referências

- AGUIÃO, S. “Não somos um simples conjunto de letrinhas”: disputas internas e (re)arranjos da política “LGBT”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 46, n. 1, p. 279-310, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/shTK9D4ZqD4cnrkr6QMHJpL>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ALVES, D. Participação, políticas públicas e o movimento LGBTQ brasileiro entre 2003 e 2014. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 149-168, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/74739/45756>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- AMARAL, J. Coletivos Universitários de Diversidade Sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBTQ. **Século XXI**, Santa Maria, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17041/10326>. Acesso em: 25 abr. 2023.
- BARP, L.; CATTANI, D.; VARGAS, M.; SILVA, L. O surgimento do movimento LGBTQ no Oeste de Santa Catarina: desafios e lutas na construção da cidadania. **História, Questões E Debates**, v. 70, n.1, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/67209/45851>. Acesso em: 27 abr. 2023.

CARVALHO, M. F. L. A (im)possível Pureza: Medicalização E Militância Na Experiência De Travestis E Transexuais. **Sexualidad, Salud Y Sociedad**, v. 8, p. 36-62, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/fP5cfdscQVgQnfXNh3L7mPn>. Acesso em: 28 abr. 2023.

CARVALHO, M. F. de L. Notas etnográficas sobre duas manifestações de rua do ativismo trans no brasil. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 33, n. 96, p. 1-19, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6hs6ndGRv5zkX8ghw8xqgxL>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas antigênero en América Latina: Brasil**. Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids – ABIA, 2020.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FAULHABER, C. V.; CORRÊA, S. Políticas antigênero en el contexto pandêmico en Brasil: escombros de la era Bolsonaro. In: CORRÊA, Sônia (org.) **Políticas antigênero en América Latina en el contexto pandêmico**. Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids – ABIA, 2022.

FEITOSA, C. A participação social nas políticas públicas LGBT. **Revista Brasileira De Políticas Públicas E Internacionais – RPPI**, v. 4, n. 3, p. 168-195, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/47289/29386>. Acesso em: 03 mai. 2023.

GOMES, J.; ZENAIDE, M. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **Tear (Canoas)**, v. 8, n.1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402/0>. Acesso em: 30 abr. 2023.

JUNQUEIRA, R. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v18n43/v18n43a04.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.

LIMA, M. P. Quando o “bichinho da militância” toca. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/59546>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MEDRADO, B.; CARNEIRO, A. Entre sujeitos e jogos políticos no contexto do movimento LGBT de Pernambuco, Brasil. **Athenea Digital**, v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v17-n1-medrado-carneiro>. Acesso em: 29 abr. 2023.

MESQUITA, M.; SILVA, A.; LIMA, L.; BONFIM, J.; SILVA, C. Juventudes, gênero e sexualidade: a ação política dos movimentos sociais. **Revista Polis e Psique**, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpps/v8n2/v8n2a06.pdf>. Acesso em: 04 maio 2023.

MOREIRA, J. F. R.; MAIA, C. E. S Estratégias espaciais na Parada LGBT em Goiânia, Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 2, p. 263-281, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/49155>. Acesso em: 28 abr. 2023.

MOUFFE, C. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

OLIVEIRA, M.; PONTES, J. “Minha própria vivência é minha militância”: análise da violência sofrida por militantes LGBT em Belém do Pará. **Diálogo (Canoas)**, v. 46, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/7767>. Acesso em: 5 mai. 2023.

PEREIRA, M. M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/182964>. Acesso em: 28 set. 2025.

PEREIRA, M. M. Trazendo os governos de volta: A chefia do executivo e os resultados do ativismo institucional LGBT (2003-2014). **Sociologias**, v. 22, n. 53, p. 228-263, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/KmL6JVGjvtqGh3CP6hs9Rdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

PEREIRA, M. M. Ativismo Institucional no Poder Legislativo: Confrontos políticos, assessores ativistas e frentes parlamentares. **Revista Brasileira De Ciência Política**, v. 31, p. 301-338, 2020b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/nPf9M9mdLSQYFJC3kYwqqCy/?lang=pt>. Acesso em: 13 mai. 2023.

PEREIRA, M. M. Movimentos sociais, partidos políticos e políticas públicas: Princípios e dimensões analíticas a partir do caso das relações entre movimento LGBT e PT. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 41, n. 3, p. 467-486, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/gjM4nczHx3mMjykdPkncHSm/?lang=pt>. Acesso em: 05 mai. 2023.

PRADO, M. A. M.; MARACCI, J. G.; MONTEIRO, I. R. L. Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: A educação pública e a população LGBT+. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 148, 2021. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6119/2729>. Acesso em: 13 ago. 2024.

RODRIGUES, C.; PEREIRA, M. Disputando o partido, enfrentando opositores: Efeitos políticos dos movimentos negro e LGBT nos governos Lula e Dilma (2003-2014). **Opinião Pública: Publicação Do CESOP**, v. 28, n. 3, p. 635-677, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/htG5WZrnSxH3xgbgjdGsNRK>. Acesso em: 15 mai. 2023.

ROVAI, M. G. O. “Que Possamos Ser o que Somos”: memórias sobre o Movimento Gay de Alfenas no processo de luta pelos direitos de cidadania LGBT (2000-2018). **Anos 90**, v. 26, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/89951>. Acesso em: 07 mai. 2023.

SANTOS, R. De “bonecas transformistas” a LGBTs ativistas: Histórias, narrativas e existências em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, 1970-2017. **Anos 90**, v. 27, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/89972>. Acesso em: 18 mai. 2023.

SIERRA, J. C. Identidade e diversidade no contexto brasileiro: Uma análise da parceria entre Estado e movimentos sociais LGBT de 2002 a 2015. **Anos 90**, v. 26, n. 1, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/90616>. Acesso em: 13 mai. 2023.

SILVA, C. A.; NINA, A. M. S.; SILVA, M. D. L. Produção legislativa voltada às demandas LGBTQIA+ na Câmara dos Deputados. **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 30, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/991>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SOUZA, C. P. Travestis e Transexuais no Brasil: Memórias de Luta e Resistência. **Cuadernos de Psicología**, Barcelona, v. 25, n. 1, E1599, 2023. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v25-n1-souza/1394>. Acesso em: 5 mai. 2023.

SOUZA, W. V. F.; FELICIANO, C. A. Que movimento é esse: Uma leitura histórica e socioespacial do Movimento LGBT de Presidente Prudente/SP. **Geografia Em Atos (Online)**, v. 8, n. 15, p. 136-165, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/6990>. Acesso em: 13 mai. 2023.

TREVISAN, J. Pentecostais e movimento LGBT nas eleições presidenciais de 2014. **Debates do NER**, p. 289-321, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/56483>. Acesso em: 28 abr. 2023.

VERGILI, G.; BRASIL, F.; CAPELLA, A. Institucionalização e Descentralização do Movimento LGBT no Brasil. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n. 34, 2015. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v15n34/v15n34a08.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.

ZANOLI, V. "Mais ativista do que gestora": ativismo institucional no campo do movimento LGBT em campinas. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 2, p. 495-517, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/ZZ6qQ9GYykJHVHMFfnhDnKf/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Strategies and challenges in meeting the demands of the LGBT+ population in Brazil over the past few decades

Abstract: This article aims to discuss, through a literature review, strategies and challenges for meeting the demands of the LGBT+ population in Brazil over the past few decades. This topic is highly relevant in the Brazilian political landscape due to the achievements of LGBT+ rights in the country, particularly in the first decade of the 21st century, but also due to the strengthening of conservative offensives against those rights, which have been constructing de-democratic practices. We conducted a literature review in the Periodicals Portal of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) between April 21 and May 31, 2023. We selected 25 articles and, through a comprehensive reading of them, organized the literature review around two subthemes: a) strategies for meeting LGBT+ demands; b) challenges for meeting LGBT+ demands and for building political struggle. The strategies identified in the literature were: the relationship between the LGBT+ movement and the State; the inclusion of LGBT+ issues in political parties; the organization of LGBT+ Pride Parades; the creation of support spaces; the use of social media; and the questioning of essentialist discourses on gender and sexuality through individual and student collective actions. Regarding the challenges for meeting demands and building political struggle, we observed: the opposition of conservative sectors to LGBT+ demands; violence against LGBT+ activists; and tensions in the articulation between different LGBT+ identities. We believe that the debate constructed in this text contributes to the field of LGBT+ studies in Brazil insofar as: a) it presents discussions that have been built in the literature on strategies and challenges for meeting LGBT+ demands and, thus, on possibilities and challenges for expanding democracy; b) it proposes relevant themes to be further explored in future research in this field of knowledge.

Keywords: LGBT demands. Political strategies. Democracy.

Recebido: 17/03/2025

Aceito: 22/07/2025